



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Coordenadoria-Adjunta dos Juizados Especiais Federais

PORTARIA COJEF 7/2025

Regulamenta os artigos 15 e 16, da Resolução Presi 41/2024, que preveem a edição de súmulas pelas Turmas Recursais Reunidas

O DESEMBARGADOR FEDERAL **GRÉGORE MOREIRA DE MOURA**, TITULAR DA COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (COJEF) DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, E O JUIZ FEDERAL AUXILIAR DA COJEF/TRU **RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA**, COORDENADOR DAS TURMAS RECURSAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO:

- a) a necessidade de regulamentar e uniformizar o procedimento para a edição de enunciados de súmula da jurisprudência predominante no âmbito das Turmas Recursais Reunidas, conforme previsto nos Arts. 15 e 16 da Resolução Presi 41/2024;
- b) a necessidade de promover a segurança jurídica e a isonomia no julgamento dos processos, mediante a harmonização das interpretações no âmbito das Turmas Recursais;
- c) que a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional são aprimoradas quando há previsibilidade e uniformidade na aplicação dos ritos e procedimentos;

RESOLVEM:

Art. 1º. O Magistrado componente de Turma Recursal que identificar a necessidade de unificação de entendimentos sobre a interpretação constitucional e infraconstitucional federal, desde que não haja incidente regional interposto para uniformização da matéria, poderá formalizar a respectiva manifestação, por meio de processo autuado no Sistema Eletrônico de Informações (**SEI**), endereçado ao Coordenador das Turmas Recursais, acompanhada de exposição de motivos, cópia dos acórdãos representativos da jurisprudência dominante e sugestão do enunciado de Súmula.

Art. 2º. O Coordenador das Turmas Recursais, uma vez a cada semestre, convocará reunião das Turmas Recursais Reunidas, a ser realizada por meio de sessão presencial em plataforma eletrônica, para deliberar sobre a necessidade de elaboração e aprovação de novos enunciados de Súmula e de revisão ou cancelamento dos enunciados de

Súmula existentes.

Art. 3º. No ato de convocação da reunião, o Coordenador das Turmas Recursais designará um magistrado que ficará responsável por reunir e sistematizar os pontos que serão objeto de deliberação.

Parágrafo único. O magistrado designado nos termos do *caput* poderá consultar os Juízes das Turmas Recursais e os Juízes do Juizado Especial Federal (JEF) de 1º Grau sobre a existência de jurisprudência predominante, decorrente de reiterados julgados das Turmas Recursais do TRF6 versando sobre a interpretação constitucional e infraconstitucional federal, que possa ser incluída na pauta da reunião a ser realizada.

Art. 4º. Poderão comparecer à reunião, com direito a voto, todos os 18 (dezoito) Relatores titulares das Turmas Recursais.

§ 1º Na ausência de algum Relator titular, o Presidente da respectiva Turma Recursal exercerá o direito de voto em seu lugar.

§ 2º O Presidente de cada Turma Recursal poderá indicar um dos Relatores Titulares de sua própria Turma para representá-lo e, cumulativamente, votar por todos os demais juízes faltantes da mesma Turma.

Art. 5º Aprovados em reunião, por maioria absoluta, os enunciados de súmula, seus adendos e emendas, serão datados, numerados em séries separadas e contínuas, e publicados no Diário de Justiça Eletrônico Oficial.

Art. 6º A revisão ou cancelamento de enunciados seguirá o mesmo procedimento previsto para sua edição.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Juiz Federal Coordenador das Turmas Recursais.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESEMBARGADOR FEDERAL **GRÉGORE MOREIRA DE MOURA**

Coordenador dos Juizados Especiais Federais (COJEF) Tribunal Regional

Federal da 6ª Região

JUIZ FEDERAL **RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA**

Juiz Federal Auxiliar da COJEF / TRU

Coordenador das Turmas Recursais

